

IPCA-15 de março sobe 0,44%, puxado por alimentos e bebidas

Índice considerado a prévia da inflação (IPCA) acumula alta de 3,90% em 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA15), considerado uma prévia da inflação oficial no Brasil, registrou alta de 0,44% em março, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador mede a variação de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos em grandes áreas metropolitanas do país. Ele é calculado a partir da coleta de preços entre o meio de um mês e o meio do mês seguinte, oferecendo uma estimativa antecipada da inflação antes da divulgação do IPCA completo.

No acumulado dos últimos 12 meses, a prévia da inflação chegou a 3,90%. Na mesma época do ano passado, o índice havia avançado 0,64%, indicando que a variação mensal está acima do registrado em março de 2025.

Entre os grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA-

15, os destaques de março foram “Alimentação e bebidas” e “Despesas pessoais”, que exerceram maior pressão sobre o índice geral. O grupo de “Alimentação e bebidas” teve variação de 0,88% no mês. A alimentação no domicílio, que corresponde aos alimentos comprados para consumo em casa, acelerou de 0,09% em fevereiro para 1,10% em março. Produtos como feijão carioca, ovo de galinha, leite longa vida, carnes e açaí registraram aumento de preço. Por outro lado, itens como café moído e algumas frutas tiveram queda nos valores, contribuindo para moderar a alta do grupo. A alimentação fora do domicílio, que inclui refeições em restaurantes e outros estabelecimentos, teve aumento moderado, de 0,35%. O grupo de “Despesas pessoais” registrou alta de 0,82% e incluiu variações em serviços e produtos de cuidados pessoais, além de despesas ligadas a serviços financeiros. Esse grupo

também teve impacto importante no resultado geral do IPCA-15. Outros grupos também apresentaram aumento: “Habitação” avançou 0,24%, com participação de preços de energia elétrica residencial, água e esgoto. “Artigos de residência” tiveram variação de 0,03%, enquanto “Vestuário” subiu 0,47%, influenciado por mudanças de preço em roupas e calçados em diversas regiões.

O grupo de “Transportes” registrou alta de 0,21%, com destaque para passagens aéreas e tarifas de transporte urbano. “Saúde” e “Cuidados pessoais” avançaram 0,36%, em função de ajustes em artigos de higiene pessoal e planos de saúde. “Educação” teve aumento de 0,05%, refletindo pequenas variações em mensalidades escolares e cursos de idiomas. “Comunicação” subiu 0,03%, mantendo estabilidade em serviços de telefonia e internet.

A coleta de preços para o IPCA-15 ocorreu entre os dias

13 de fevereiro e 17 de março de 2026, comparando-se com os preços vigentes entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro. Os dados foram obtidos em grandes áreas metropolitanas, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Brasília, Belém e Goiânia. A pesquisa envolve milhares de itens, que representam os produtos e serviços consumidos pelas famílias nas diferentes regiões, permitindo acompanhar a evolução dos preços de forma detalhada.

Impacto nas famílias

O professor de finanças do Ibmec Brasília, Melquezedech Moura, explica que, embora o IPCA-15 represente uma média nacional, seus efeitos são desiguais. “Os mais afetados tendem a ser os mais vulneráveis: famílias de baixa renda, trabalhadores sem proteção contra a inflação e poupadores menos sofisticados.

A inflação é um fator que amplia desigualdades sociais ao atingir de forma mais intensa aqueles com menor capacidade de adaptação” - explica

Moura cita também que, por outro lado, alguns agentes podem até se beneficiar parcialmente da inflação, como devedores com dívidas prefixadas, já que o valor real do que devem diminui ao longo do tempo. “Mas esse efeito é limitado e não compensa os impactos negativos sobre a economia, como incerteza, redução do consumo e distorções nos preços relativos” - completa.

Prévia da inflação

O IPCA-15 funciona como uma prévia do IPCA, índice oficial de inflação, calculado com base nos preços coletados durante todo o mês, refletindo a variação completa dos produtos e serviços e servindo de referência para contratos, reajustes e políticas econômicas.



Consumo segue moderado no início do ano, refletindo cautela nas decisões de compra.

Arrecadação federal soma R\$ 222,1 bilhões em fevereiro e bate recorde histórico

Marcelo Camargo/Agência Brasil

A arrecadação das receitas federais alcançou R\$ 222,1 bilhões em fevereiro de 2026, segundo dados divulgados esta semana pelo Ministério da Fazenda. Este valor é o maior já registrado para o mês desde 1995, início da série histórica, e representa crescimento real de 5,68% em relação a fevereiro de 2025, considerando a inflação no período. Em termos nominais, houve alta de 9,71%, indicando aumento da entrada de recursos. No acumulado do primeiro bimestre de 2026, a União arrecadou R\$ 547,869 bilhões, superando os R\$ 525 bilhões de 2025 no mesmo período. O crescimento real de 4,41% reforça a força das receitas federais no início do ano, contribuindo para a manutenção das metas fiscais previstas pelo governo.

Entre os principais impulsionadores do resultado estão as contribuições previdenciárias, que financiam a aposentadoria e a assistência social, e tributos ligados ao consumo e operações financeiras. O PIS/Cofins, tributo cobrado sobre a produção e circulação de bens e serviços, cresceu devido ao bom desempenho dos setores de comércio e serviços. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital também avançou, influenciado pelo aumento de juros, e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) registrou elevação, impulsionado por mudanças na legislação que aumentaram a cobrança em certas operações. Os valores arrecadados são usados para pagar os gastos do governo, como saúde,



Receita Federal divulga mensalmente as arrecadações

educação, infraestrutura e pagamento de servidores, obrigações fiscais e programas sociais.

A Receita Federal destacou que o crescimento reflete “a eficiência na cobrança dos tributos”.

Orçamento de 2026

A arrecadação até fevereiro representa 3,4% do orçamento federal previsto para o ano. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 fixa a receita e as despe-

ras do governo federal neste ano em R\$ 6,54 trilhões, incluindo todos os gastos previstos para os poderes, ministérios, fundos e programas sociais. Deste total, R\$ 1,8 trilhão será destinado ao pagamento e refinanciamento da dívida, deixando R\$ 4,7 trilhões para despesas fiscais, de seguridade social e investimentos no país, como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e assistência social. O orçamento também prevê um superávit primário de cerca de R\$ 34,2 bilhões, ou seja, que as receitas sejam maiores que as despesas obrigatórias, indicando equilíbrio nas contas públicas. A LOA 2026 inclui ainda R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares, destinadas a projetos e ações específicos indicados por deputados e senadores.